



DIÁRIO OFICIAL

Instituído pela Resolução nº 04, de 23 de maio de 2017.

Poder Legislativo

Santa Bárbara d'Oeste
www.camarasantabarbara.sp.gov.br

Paulo César Monaro
Presidente

Celso Luís de Ávila Bueno
Vice-Presidente

Valdenor de Jesus G Fonseca
1º Secretário

Reinaldo de Oliveira Casimiro
2º Secretário

Santa Bárbara d'Oeste, terça-feira, 18 de julho de 2023

Ano VI | Edição nº 822 | Página 1 de 24

ATOS LEGISLATIVOS

Ordem do Dia

ORDEM DO DIA

**25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO 2023
18 DE JULHO DE 2023**

I – PROJETOS

1) PROJETO DE LEI Nº 182/2021

Ementa: “Institui a Semana Municipal de Cultura Cristã em Santa Bárbara d'Oeste”.

Autoria: Poder Legislativo (Ver. Valdenor de Jesus Gonçalves Fonseca – “Jesus Vendedor”).

Parecer das Comissões Permanentes de: Educação, Cultura, Esporte e Turismo; Finanças, Orçamento e Economia – Favoráveis.

Parecer Contrário da Comissão Permanente de Justiça e Redação rejeitado em 04 de abril de 2023.

Quórum: Maioria Simples

Votação: Nominal

Discussão: Única

2) PROJETO DE LEI Nº 183/2021

Ementa: “Assegura a alienação por doação de armas de fogo aos Guardas Cívicos Municipais de Santa Bárbara d'Oeste-SP, quando de sua aposentadoria.”.

Autoria: Poder Legislativo (Ver. Eliel Miranda).

Parecer das Comissões Permanentes de: Administração Pública; Segurança Pública; Finanças, Orçamento e Economia – Favoráveis.

Parecer Contrário da Comissão Permanente de Justiça e Redação rejeitado em 22 de fevereiro de 2023.

Quórum: Maioria Simples

Votação: Nominal

Discussão: Única

3) PROJETO DE LEI Nº 91/2023

Ementa: “Dispõe o Poder Executivo a instituir o Cartão Receita, destinado à Renovação automática

das receitas de doenças crônicas previamente diagnosticadas aos usuários dos hospitais, pronto-socorro, prontos atendimentos e unidade de saúde do Município, e dá outras providências”.

Autoria: Poder Legislativo (Ver. Valdenor de Jesus Gonçalves Fonseca – “Jesus Vendedor”).

Parecer da Comissão Permanente de: Justiça e Redação; Política Social; Finanças, Orçamento e Economia – Favoráveis.

Quórum: Maioria Simples

Votação: Nominal

Discussão: Única

Adiado em 20 de junho de 2023 a pedido do Ver. “Juca Bortolucci”.

4) PROJETO DE LEI Nº 210/2023

Ementa: “Dispõe sobre a alteração do art. 3º da Lei Municipal de 25 de Junho de 2002, com redação dada pela Lei Municipal nº 3232 de 15 de outubro de 2010, dando outras providências”.

Autoria: Poder Executivo.

Parecer da Comissão Permanente de: Justiça e Redação; Política Urbana e Meio Ambiente; Administração Pública; Finanças, Orçamento e Economia – Favoráveis.

Quórum: Maioria Simples

Votação: Nominal

Discussão: Única

II – MOÇÕES

Quórum Maioria Simples / Votação Simbólica /
Discussão Única

1) Moção Nº 296/2023

FELIPE CORÁ

Manifesta apelo ao Poder Executivo Municipal acerca da proliferação de capivaras em local defronte à Rua Ipanema, 46, Jardim Batagin, neste município.

2) Moção Nº 297/2023

CELSO ÁVILA

Manifesta Aplauso à empresa Café Florada, localizada na Avenida da Amizade no bairro



Cândido Bertini em Santa Bárbara d' Oeste.

3) Moção Nº 298/2023

CELSO ÁVILA

Manifesta Aplauso a empresa Arnaldo Imóveis Ltda., pelos 20 de existência em Santa Bárbara d'Oeste.

4) Moção Nº 299/2023

KIFU

Manifesta aplausos ao Motorhome Club SBO.

5) Moção Nº 300/2023

TIKINHO TK

Manifesta aplauso a Hugo Ramon silva de Andrade Vargas morador na Rua Riachuelo N 1116, no Centro de Santa Barbara d'Oeste criador do Arte Pipas.

6) Moção Nº 301/2023

KIFU

Manifesta aplausos aos Alunos Victor Santos Petreca, Carlos Eduardo Sabino da Silva e toda direção da Escola José Gabriel de Oliveira pela coordenação e escolha do novo logo de 110 anos desta unidade escolar.

7) Moção Nº 302/2023

NILSON ARAÚJO RADIALISTA

Manifesta aplausos a JABES MATEUS OLIVATTO, por toda trajetória e dedicação em levar ensinamentos a crianças e adultos ao longo dos anos.

8) Moção Nº 303/2023

REINALDO CASIMIRO

Manifesta aplauso ao Sr. Mauro Araujo Rodrigues da Silva, pelo seu trabalho como salva vidas de rodeios.

Santa Bárbara d'Oeste, em 14 de julho de 2023.

PAULO CESAR MONARO

- Presidente -

ATOS ADMINISTRATIVOS

Pregão Presencial

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6124/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de até 140 chamados de serviços de manutenção predial sob demanda, atendendo as áreas de elétrica, hidráulica, alvenaria, carpintaria, automação e serviços gerais de baixa complexidade, conforme termo de referência.

JUSTIFICATIVA: Necessidade de realização de tarefas de manutenção predial na sede desta Câmara Municipal, tendo em vista a falta de pessoal habilitado no quadro permanente.

PREÂMBULO: A Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, de acordo com autorização constante do processo administrativo nº 6124/2021, torna público que se acha aberta a presente licitação a ser regida pelo procedimento de PREGÃO PRESENCIAL, **tipo MENOR PREÇO**, o qual será processado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Legislativo nº 05/07, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/93, com suas modificações posteriores, e em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

DATA DA REALIZAÇÃO: 28 de julho de 2023.

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 13:00 horas (Horário de Brasília – DF).

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO:

a) Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, situada na Rodovia SP 306 nº 1001, Bairro Jardim Primavera.

b) A Sessão será conduzida pelo (a) pregoeiro (a), com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do respectivo processo licitatório.

c) Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados.

d) Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente,



independentemente de nova comunicação.

ESCLARECIMENTOS

a) Os esclarecimentos referentes a esta licitação deverão ser solicitados, exclusivamente, por e-mail ou por escrito através de carta, enviada via Correio em Sedex e com Aviso de Recebimento-AR ou entregue no Protocolo da Câmara, e dirigidos ao(à) SUBSCRITOR(a) deste edital nos endereços:

- **Postal e Protocolo:** Rodovia SP 306 nº 1001, Bairro Jardim Primavera, Santa Bárbara d'Oeste/SP, CEP 13451-902.
- **Eletrônico:**
vidal@camarasantabarbara.sp.gov.br

b) Os esclarecimentos serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.camarasantabarbara.sp.gov.br, opção "Licitações", ficando as licitantes interessadas **obrigadas** a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo (a) pregoeiro (a).

Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- Anexo 1 - Recibo de Retirada de Edital;
- Anexo 2 - Termo de Referência;
- Anexo 3 - Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo 4 - Modelo de Comprovação de Regularidade perante o Ministério do Trabalho;
- Anexo 5 - Modelo de Declaração de Satisfação dos Requisitos de Habilitação;
- Anexo 6 - Modelo de Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo 7 - Ficha Cadastral;
- Anexo 8 - Modelo de Credenciamento do Representante;
- Anexo 9 - Minuta do Contrato;
- Anexo 10 - Modelo de termo de ciência e notificação;
- Anexo 11 – Resolução de multas.

1. CONSIDERAÇÃO INICIAL

1.1. O objeto contratado em decorrência da presente licitação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões em suas quantidades iniciais, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal 8666/93.

1.2. Os recursos financeiros para atendimento do objeto desta licitação, cujo valor total estimado é de **R\$ 79.562,53 (setenta e nove mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três**

centavos) correrão por conta da seguinte classificação econômica constante do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Lote	Valor Estimado (R\$)	Classificação econômica
Único	79.562,53	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação **EXCLUSIVAMENTE** Microempresas (ME), Microempreendedor Individual (MEI) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2. Para participar deste procedimento licitatório, deverão ser atendidas as condições abaixo relacionadas, sendo que o não atendimento de qualquer das condições, independentemente de sua magnitude, implicará a **inabilitação** da licitante ou a **desclassificação** de sua proposta.

2.3. Não poderão participar deste pregão os interessados que:

2.3.1. Encontrem-se em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, excetuando-se a hipótese previstas em 6.1.4.2.

2.3.2. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedidos de contratar com a Câmara, durante o prazo da sanção aplicada. (Súmula TCESP nº 51).

2.3.3. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.3.4. Sejam sociedades estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

2.3.5. Se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.3.6. Sejam integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou



humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.4. A simples participação neste certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Por ocasião da fase de credenciamento das licitantes, deverá ser apresentado o que se segue:

3.1.1. Quanto aos Representantes:

3.1.1.1. Tratando-se de **Representante legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), **instrumento constitutivo da empresa** conforme item 3.1.1.4, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura

3.1.1.2. Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração **ou** instrumento particular de procuração com **firma reconhecida** do representante legal que o assina (**modelo no anexo 8 deste edital**), no qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

3.1.1.3. O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto (RG, CNH).

3.1.1.4. Documento constitutivo da empresa, a saber:

- A)** Registro na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ME, EPP) ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI).
- B)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária.
- C)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade por ações.
- D)** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- E)** Decreto de autorização, tratando-se de

empresa ou sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.1.5. A licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta de apresentação de documentação defeituosa, ficará impedida de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

3.1.1.6. Apresentar a Ficha Cadastral (**modelo Anexo 7 deste edital**).

3.1.2. Quanto ao Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação:

3.1.2.1. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo 5** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (proposta) e nº 2 (habilitação).

3.1.3. Quanto aos Microempreendedores Individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP):

3.1.3.1. Declaração de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo 06** deste Edital, assinada pelo representante legal, pelo contador da empresa, e ser apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (proposta) e nº 2 (habilitação).

3.2. O credenciamento terá início às 13:00 horas, cujo término acontecerá após credenciar o último interessado. Enquanto a equipe de apoio ainda estiver credenciando, poderá ser admitido à sessão novos credenciados.

3.2.1. Encerrada a fase de credenciamento pelo (a) pregoeiro (a), não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.



3.3. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. A proposta e os documentos de habilitação deverão ser entregues o (a) PREGOEIRO (a) em envelopes **FECHADOS E INDEVISSÁVEIS**, no endereço indicado para realização do procedimento – preâmbulo deste instrumento convocatório, nos horários e data retro indicados para seus recebimentos, contendo exteriormente a identificação desta licitação e o endereçamento, como segue:

Câmara Municipal de Sta. Bárbara d'Oeste Pregão Presencial nº 03/2023 Envelope nº 1 - Proposta (Razão Social da Empresa)	Câmara Municipal de Sta. Bárbara d'Oeste Pregão Presencial nº 03/2023 Envelope nº 2 - Habilitação (Razão Social da Empresa)
--	---

4.2. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório competente ou por funcionário da Câmara, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

4.3. A autenticação quando feita por servidor será efetuada em sessão pública.

4.4. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 1)

5.1. O envelope nº 1 - relativo à Proposta Comercial, deverá conter a oferta inicial da licitante, de forma que atenda aos seguintes requisitos:

5.1.1. Seja apresentada em uma via, no vernáculo pátrio, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, com o valor expresso em algarismos, devendo suas folhas ser numeradas, rubricadas e a última assinada por quem de direito.

5.1.2. Tenha incluído na oferta apresentada todos os custos necessários para a execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e qualquer outro que incida ou venha a incidir sobre o mesmo;

5.1.3. Cotação de preços em moeda corrente nacional, expressos em algarismos;

5.1.4. Preços, cotados conforme modelo de **Proposta de Preços – Anexo 3** deste edital;

5.1.4.1. Os licitantes que possuam enquadramento como Microempreendedor Individual deverão constar e apresentar na proposta de preço com o acréscimo de 20%, em campo específico, referente a **Contribuição Previdenciária Patronal do MEI** e fará parte da proposta de preços para fins de classificação, conforme item 9.6.2.

5.1.5. Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.2. Ocorrendo eventual discordância entre o preço por extenso ou em algarismo, prevalecerá o primeiro

5.3. As ofertas serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Eventuais erros aritméticos poderão ser corrigidos de plano pelo (a) pregoeiro (a).

5.5. Qualquer tributo, custo e despesa direta ou indireta omitido da proposta ou incorretamente cotado, será considerado como incluso no preço, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto desta licitação ser prestado à Câmara sem ônus adicionais.

5.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.7. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.8. A cotação deverá abranger o total do objeto



licitado, caso contrário a proposta será desclassificada.

5.9. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias.

6. DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

6.1. O envelope de habilitação deverá conter a seguinte documentação, referente à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira e a documentação complementar.

6.1.1. Documentação comprobatória de Habilitação Jurídica:

6.1.1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ME, EPP) ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI).

6.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária.

6.1.1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade por ações.

6.1.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

6.1.1.5. Decreto de autorização, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.1.6. Os documentos relacionados no subitem "6.1.1." não precisarão constar do **Envelope nº. 2 - Habilitação** se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.1.2. Documentação comprobatória de Regularidade Fiscal:

6.1.2.1. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

6.1.2.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de

Negativa, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

6.1.2.3. Certidão de regularidade de débitos perante a Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria da Fazenda, ou Declaração de Isenção ou de Não Incidência assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei.

6.1.2.4. Certidão de regularidade de débitos mobiliários perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente na forma da lei.

6.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.1.2.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

6.1.2.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

6.1.3. Documentação comprobatória de Qualificação Técnica:

6.1.3.1. Comprovação técnico-operacional da licitante, mediante a apresentação de atestado (s) em seu nome, comprovando a execução de no mínimo 50% dos serviços aqui solicitados, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de serviços de natureza e vulto similar se comparados ao serviço de maior relevância desta licitação.

6.1.3.1.1. Será aceita a somatória de atestados para atingir a porcentagem exigida, porém um dos atestados deverá contemplar 30% do total objeto deste Pregão.

6.1.3.1.2. Para fins de atender o critério quantitativo da capacitação técnica disposto em 6.1.3.1, será necessário a somatória mínima de 280 horas de serviços prestados ou 35 dias de serviço.

6.1.4. Documentação comprobatória de Qualificação Econômico-Financeira:

6.1.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação



judicial ou extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, em plena validade.

6.1.4.2. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

6.1.5. Documentação Complementar:

6.1.5.1. Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21/06/93, acrescido pela Lei nº 9854, de 21/10/99 (**modelo no Anexo 4**).

6.1.5.2. As microempresas (ME), os microempreendedores individuais (MEI) e as empresas de pequeno porte (EPP), por ocasião da participação neste certame, **deverão** apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação da **regularidade fiscal**, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.1.5.3. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do (a) Pregoeiro (a), para a regularização da documentação.

6.1.5.3.1. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação das licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos da legislação.

6.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original

para que seja autenticada pelo (a) Pregoeiro (a), ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação.

7.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

7.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, o (a) pregoeiro (a) aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias anteriores à data de sua apresentação.

7.4. Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e, se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles cuja validade seja conjunta por força da lei. Caso a licitante (matriz) queira executar as contratações por meio de sua filial, deverá apresentar, também, os documentos previstos para habilitação desta, e vice-versa.

7.5. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão, acarretará a inabilitação do licitante.

7.6. O (a) pregoeiro (a) ou a Equipe de Apoio poderá diligenciar efetuando consulta direta nos *sites* dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por esse meio eletrônico, se for o caso.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, cabendo ao subscritor do Edital responder no prazo de até 1 (um) dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

8.2. Eventual impugnação (via original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório competente ou cópia autenticada por funcionário da Câmara) deverá ser protocolizada na Diretoria Legislativa da Câmara Municipal e dirigida ao (à) SUBSCRITOR (a) deste Edital.

8.2.1. Não será admitida a impugnação do Edital via fac-símile ou e-mail.

8.3. Caso seja acolhida a petição contra o instrumento convocatório, poderá ser designada



nova data para a realização do certame, nos casos em que houver interferência na elaboração das propostas.

8.4. A solicitação de informação não motivará a prorrogação da data do início do certame licitatório.

9. DO PROCEDIMENTO

9.1. Aberta a sessão, serão entregues ao (à) Pregoeiro (a) pelas licitantes os seguintes documentos:

9.1.1. Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação (**Anexo 5 do Edital**).

9.1.2. Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (**Anexo 6 do Edital**).

9.1.3. Credenciamento do Representante (**Anexo 8 do Edital**).

9.1.4. Envelope nº 1 - Proposta de Preços (**Anexo 3 do Edital**).

9.1.5. Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação.

9.2. Caso qualquer proponente deixe de apresentar os documentos relativos aos itens **9.1.1** e **9.1.2.**, poderá assinar tal declaração disponibilizada na sessão pelo (a) Pregoeiro (a).

9.3. O (a) Pregoeiro (a) receberá em envelopes distintos, devidamente fechados, as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes, sendo permitida a remessa postal ou por empresa de encomenda expressa os envelopes (proposta de preços e documentos de habilitação), desde que chegue em tempo hábil às mãos do (a) Pregoeiro (a), ou seja, antes da abertura das propostas.

9.4. Os envelopes de Propostas de Preços serão abertos pelo (a) pregoeiro (a) que verificará, após a rubrica por todos os presentes que assim desejarem proceder, o atendimento da proposta a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

9.5. O (a) pregoeiro (a) informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o fornecimento do objeto da presente licitação, e os respectivos valores ofertados.

9.5.1. No julgamento será levado em consideração o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Câmara, sendo classificada a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do Edital e oferecer o **menor preço**.

9.6. O (a) pregoeiro (a) identificará e classificará a proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

9.6.1. Caso não haja, no mínimo, 3 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o (a) Pregoeiro (a) classificará a melhor proposta e as 02 (duas) propostas imediatamente superiores, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

9.6.2. Considerando o que consta no art. 22, III, da Lei 8.212/91 e do art. 18-B § 1º da Lei Complementar nº 123/06, que estabelecem a obrigatoriedade de recolhimento de Contribuição Previdenciária Patronal (20%) para contratação de Microempreendedor Individual, na ocasião de prestação de serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção e reparo de veículos, a **Contribuição Previdenciária Patronal do MEI** fará parte da proposta de preços para fins de classificação. O pagamento dessa contribuição ficará a cargo da CONTRATANTE. Desta forma, os licitantes que possuam enquadramento como Microempreendedor Individual, deverão constar e apresentar na proposta de preço com o acréscimo de 20%, em campo específico, visando a igualdade entre participantes que não se enquadram como MEI

9.7. Dando início à disputa por meio de lances, o (a) PREGOEIRO (a) convocará a licitante classificada que apresentou a proposta com o menor percentual de desconto para que faça o primeiro lance, em seguida, de igual modo, convocará a licitante com o segundo menor percentual para que apresente seu lance, e assim sucessivamente, sempre mantendo a ordem de classificação inicial.

9.7.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre eles:



Lote	Valor da Redução
Unico	R\$ 800,00

9.7.2. No decurso da sessão pública, a critério do (a) PREGOEIRO (a), com motivação lavrada em ata, será possível a alteração da redução mínima, para mais ou para menos, bem como a aceitação de lances inferiores à redução mínima prefixada.

9.8. Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições estiverem empatadas, será realizado sorteio em ato público para definir a ordem de apresentação dos lances.

9.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo (a) Pregoeiro (a), não implicará na exclusão imediata da licitante da etapa de lances verbais, mas sim na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.9.1. A desistência em apresentar lance verbal, quando feita a convocação pelo (a) Pregoeiro (a), implicará na impossibilidade da licitante futuramente efetuar novos lances, excetuando a hipótese prevista no inciso XVI e inciso XXIII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

9.10. Caso não mais se realizem lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenados os lances pelo critério de menor preço.

9.11. O (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela classificada detentora do menor preço ofertado, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a este respeito.

9.12. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, sendo-lhe facultado o saneamento de falhas formais relativas à documentação na própria sessão.

9.13. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

9.14. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente de menor preço, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de

habilitação de seu autor, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

9.15. O (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com a licitante de oferta aceitável para que seja obtido preço melhor.

9.16. A análise da habilitação dar-se-á pela constatação da regularidade da documentação apresentada pela licitante em comparação àquela solicitada neste instrumento convocatório.

9.16.1. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame, ficando esta convocada a apresentar ao (a) Pregoeiro (a) nova proposta de preços adequada ao lance eventualmente ofertado/negociado, no prazo de até **03 (três) dias úteis**, a contar do término da etapa de lances.

9.17. Decididos os eventuais recursos, nos termos do **item 10.1.** deste instrumento convocatório e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do Pregão à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

9.17.1. Homologada a licitação, a Câmara Municipal de Santa Bárbara, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, convocará a adjudicatária para assinar o contrato.

9.17.2. A adjudicatária deverá assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, podendo esse prazo ser prorrogado, uma vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e aprovação desta Câmara Municipal, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.17.3. A adjudicatária deverá acompanhar todo o procedimento pelo endereço eletrônico mencionado no item 9.18.1.

9.18. O resultado final do Pregão será divulgado nos seguintes veículos:

9.18.1. Link "Licitações" no site da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, disponível em:

9.18.2.
<<http://camarasantabarbara.sp.gov.br/Licitacao>>



9.18.3. Link “Diário Oficial” referente ao Diário Oficial Eletrônico do poder legislativo municipal - DOE, disponível em:

9.18.4.

<<http://www.camarasantabarbara.sp.gov.br/Download/Listar/591>>

9.19. Durante a execução do contrato, a adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação.

9.20. Quanto à adjudicatária, se quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não apresentar situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocada outra licitante, na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, observada a faculdade do (a) PREGOEIRO (A) de negociar diretamente com o proponente a obtenção de melhor preço.

9.21. Após a celebração do contrato, os documentos de habilitação das demais proponentes classificadas ficarão à disposição para retirada pelo prazo de 10 (dez) dias corridos, os quais decorridos implicarão na destruição dos documentos não retirados.

9.22. Quando comparecer uma única licitante, houver uma única proposta válida ou todas as licitantes declinarem de formular lances, caberá ao (à) PREGOEIRO (A) verificar a aceitabilidade do menor preço.

9.23. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo (a) PREGOEIRO (A), pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sendo-lhe concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, no qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

10.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

10.1.2. O acolhimento de recurso, que terá efeito suspensivo, importará a invalidação apenas dos atos impugnados.

10.1.3. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Presidente da Câmara adjudicará o objeto do Pregão ao licitante vencedor e poderá homologar o procedimento licitatório.

10.1.3.1. Caso constatada **irregularidade** nos atos impugnados, o Presidente da Casa os **invalidará** e tomará as medidas cabíveis conforme o caso.

10.1.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. A adjudicatária é responsável pelos pagamentos dos tributos incidentes sobre o objeto da presente licitação e/ou qualquer alteração que venha a ocorrer, seja de alíquota ou decorrente de novo tributo, assim como pelos encargos previstos no artigo 71 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.2. Inexistindo manifestação recursal, o (a) Pregoeiro (a) adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Presidente da Casa.

11.3. Havendo interposição de recursos, a adjudicação e homologação ficarão sujeitas ao disposto nos itens **10.1.3.** e **10.1.3.1.** deste instrumento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Nos termos do art. 14, caput, do Decreto-Legislativo Municipal n.º 05/2007, a licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo das demais cominações legais e deste Instrumento Convocatório, nos seguintes casos:

12.1.1. Deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.

12.1.2. Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato.



12.1.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.1.4. Não mantiver a proposta, lance ou oferta.

12.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação.

12.1.6. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

13. DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

13.1. A adjudicatária é responsável pelos pagamentos dos tributos incidentes sobre o objeto da presente licitação e/ou qualquer alteração que venha a ocorrer, seja de alíquota ou decorrente de novo tributo, assim como pelos encargos previstos no artigo 71 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, cabendo à Câmara apenas o pagamento pelo preço referente ao objeto contratual.

14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

14.1. O contrato, que obedecerá às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, será celebrado com a Contratada para consecução de seu objeto.

14.2. O proponente vencedor será convocado, por escrito, **para assinar o instrumento contratual nas dependências da Câmara Municipal**, na forma da minuta apresentada no **Anexo 9**, adaptado à proposta vencedora.

14.3. O contrato poderá ser rescindido pela Câmara Municipal, a qualquer tempo, de conformidade com os artigos 77, 78, 79 e seus parágrafos, da Lei no 8.666/93.

14.4. Caberá a rescisão imediata do Contrato, além de outras hipóteses legais, independentemente de interpretação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo de outras penalidades, quando a Contratada:

14.4.1. Falir, for objeto de concurso de credores, dissolução ou liquidação;

14.4.2. Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação;

14.4.3. Deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações contratuais;

14.4.4. Desatender às determinações do servidor da Câmara Municipal no exercício de suas

atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

14.4.5. Cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato;

14.4.6. For objeto de fusão, cisão ou incorporação que prejudique o cumprimento do contrato.

15. DO PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. O escopo contratual deverá ser desempenhado em estrita consonância aos prazos de execução estabelecidos no **Anexo 02 e 03** deste instrumento.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É facultado ao (à) Pregoeiro (a) ou ao Presidente da Câmara Municipal promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da Proposta.

16.2. Caso seja necessária a diligência do (a) Pregoeiro (a) para verificação da habilitação do licitante, a sessão poderá ser interrompida ou suspensa por ordem do mesmo, que determinará o reinício dos trabalhos em momento oportuno, após a realização das diligências necessárias.

16.3. O (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Designa-se a **Sra. SUELI DE FÁTIMA DELLAGRACIA MARGATO** para o exercício da função de PREGOEIRO nesta licitação.

16.4. A Câmara poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes à sua abertura, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado. Em ambos os casos serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.5. A Câmara não se responsabilizará por qualquer atraso na entrega dos Envelopes que não forem entregues pessoalmente no endereço indicado neste Edital, bem como não aceitará pedidos de juntada posterior de papéis não



colocados dentro dos respectivos envelopes, nem protocolados de qualquer espécie.

16.6. A licitante adjudicatária fica obrigada a:

16.6.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital;

16.6.2. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva prestação do objeto licitado e efetuar-lo de acordo com as normas vigentes e/ou instruções deste Edital e seus anexos;

16.6.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

16.6.4. Manter a regularidade na habilitação até o término da vigência contratual.

16.7. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.

16.8. Prevalecerá à aferição da qualificação e a exata compreensão da proposta de preços do licitante sobre exigências formais não essenciais a manutenção da competitividade do certame.

16.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Câmara e a segurança da contratação.

16.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

16.11. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.12. Os casos omissos serão resolvidos, conforme o caso, pelo Presidente da Câmara ou pelo (a) Pregoeiro (a).

16.13. Fica eleito o Foro da Cidade de Santa Bárbara d'Oeste para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Pregão ou execução do ajuste, não resolvidas na esfera administrativa.

Santa Bárbara d'Oeste, 17 de julho de 2023.

CARLOS EDUARDO FAGUNDES VIDAL
Subscritor do edital
Chefe do Setor de Suprimentos e Patrimônio

ANEXO 1 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL
Nº 03/2023

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA
INTERNET

(enviar pelo e-mail
vidal@camarasantabarbara.sp.gov.br)

PROCESSO: 6124/2021

Denominação:

CNPJ:

Endereço:

e-mail:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

Obtivemos, através do acesso à página www.camarasantabarbara.sp.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local:....., de de 2023.

Nome:

Senhor Licitante,
Visando à comunicação futura entre esta Câmara Municipal e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Setor de Suprimentos e Patrimônio - pelo e-mail: vidal@camarasantabarbara.sp.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Câmara da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.



ANEXO 2 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL
Nº 03/2023

TERMO DE REFERÊNCIA – LOTE ÚNICO

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de até 140 chamados de serviços de manutenção predial sob demanda, atendendo as áreas de elétrica, hidráulica, alvenaria, carpintaria, automação e serviços gerais de baixa complexidade.

2. LOCAL DAS ATIVIDADES: Sede da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, localizada na Rodovia Luís Ometto (SP-306), nº 1001 - CEP: 13451-902, Santa Bárbara d'Oeste/SP.

3. DA CARACTERIZAÇÃO DO CHAMADO

3.1. A mensuração do serviço se dará por “chamado” ou “convocação”, que corresponde a até 4 horas corridas de trabalho no local da prestação de serviços da equipe da Contratada, independente da quantidade de serviços realizados nesse período.

- Caso o tempo de trabalho em alguma ocasião ultrapasse 4 horas corridas devido ao volume de trabalho, serão contabilizados dois chamados no respectivo dia para fins de pagamento.
- O valor do chamado não será fracionado, independente da quantidade de horas de serviço prestadas, porém pode ser reduzido devido a penalidades.
- Caso seja previsto dois chamados no mesmo dia a fim de realizar um mesmo conjunto de atividades (totalizando 8 horas corridas), deverá haver um intervalo mínimo de 1 hora para fins de refeição dos prestadores de serviço. Este intervalo não será remunerado e não será contabilizado como tempo de serviço.
- Interrupções injustificadas no trabalho que prejudiquem a conclusão dos serviços ou que tenham por objetivo retardar a conclusão das atividades e extrapolar o tempo do chamado poderão ser descontados pela CONTRATANTE do tempo de serviço efetivamente prestado, podendo, inclusive, ensejar a substituição do profissional em atividade.

3.2. A **convocação ordinária** para executar serviço deverá ser feita através de comunicação escrita

(correspondência física ou digital), com pelo menos 48 horas de antecedência. Convocações ordinárias realizadas em período inferior às 48 horas desobrigam a empresa a comparecer para a operação, isentando-a de quaisquer penalidades. A Contratante poderá ainda fornecer um planejamento mensal/anual do plano de manutenção.

3.3. A contratante poderá realizar tanto por via escrita como através de chamada telefônica **convocações de emergência**, que deverão ser atendidas **no prazo de até 2 horas**.

3.3.1. As convocações de emergência serão realizadas para atender defeitos ou falhas que exijam **ações imediatas** a fim de preservar vidas, patrimônio e/ou a continuidade de atividades essenciais da CONTRATANTE, por exemplo: vazamentos na caixa d'água, rompimentos do encanamento, curto-circuitos, entupimento da tubulação, etc.

3.3.2. Para fins de pagamento, uma convocação de emergência será remunerada como dois chamados ordinários.

3.4. Caberá ao Fiscal do contrato, considerando critérios de eficiência e razoabilidade, elencar as atividades que deverão ser feitas dentro de um chamado.

3.4.1. Um chamado só poderá incluir atividades de uma mesma categoria (isto é, um chamado de elétrica só poderá incluir atividades/eventos relacionados à manutenção predial de elétrica, sendo, por exemplo, vedada a inclusão de serviços de hidráulica no mesmo chamado).

3.5. Os chamados deverão ser atendidos de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 18:00, podendo excepcionalmente ser realizado aos sábados, mediante acordo prévio entre as partes.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. Os serviços estão elencados por área de atividade, que caracterizarão as atividades que podem ser agrupadas em um mesmo chamado. As tabelas ilustram os principais serviços a serem executados e não limitam ou restringem outras tarefas de complexidade similar nas respectivas áreas de atividades. Os quantitativos informados não representam a quantidade de chamados, mas a quantidade referencial de serviços daquela natureza que podem ser realizados em um ano.



Categoria 1 - ELÉTRICA PREDIAL		
ITEM	SERVIÇOS	QUANTIDADE ESTIMADA NO ANO
1.1	Troca de lâmpadas de LED 1,20 mts, T-8 ou T-10, queimadas ou com defeito na área interna da edificação (ALTURA: de 3 a 6 metros)	100
1.2	Troca de lâmpadas de LED Bulbo – Até 15W - Estacionamento, postinhos de iluminação externos do jardim e outros. (ALTURA: de 0,5 a 4 metros)	12
1.3	Troca de lâmpadas tipo pétala até 150W dos postes de iluminação do estacionamento (ALTURA: de 3 a 6 metros)	3
1.4	Troca de refletores de iluminação na área externa do prédio, jardim e fachada. (ALTURA: de 3 a 8 metros)	4
1.5	Troca ou reparo de interruptores com defeito ou queimados.	10
1.6	Troca ou reparo de disjuntores com defeito ou queimados	10
1.7	Troca ou reparo de tomadas 127V e 220V com defeito ou queimados	10
1.8	Troca ou reparo de secadores de mão nos banheiros	2
1.9	Restaurar pane elétrica/curto-circuito na rede elétrica do prédio (Interna e externa), se necessário fazendo a troca de fios danificados	2
1.10	Troca ou reparo de boias elétricas das caixas d'água	2
1.11	Troca ou reparo de Bomba d'água	2
1.12	Fazer pequenas adequações com fios e canaletas para novos pontos de	8

	energia, telefone ou rede de informática	
1.13	Troca ou reparo de caixinhas e fiação de telefone e de cabo de rede informática	8
1.14	Troca ou reparo de luminárias de emergência e refletores neblina	20
1.15	Verificação do sistema de bomba de incêndio, fios, disjuntores, acionador, alarme e sirene	02
1.16	Troca de luminárias de LED 43x43cm	03
1.17	Instalação, troca ou reparo em exaustores dos sanitários da edificação	4
1.18	Diagnósticos operacionais (voltagem, continuidade, amperagem, origem de curto, etc) nos circuitos, terminais e utensílios conectados	40

Categoria 2 - HIDRAÚLICA		
ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE/ ANO
2.1	Troca ou reparo de torneiras nas áreas internas e externas da edificação.	3
2.2	Troca ou reparo da tampa e assento, ralos, boia KF das caixas acopladas dos vasos sanitários internos e externos	10
2.3	Troca ou reparo de boia KF do reservatório d'água subterrâneo	1
2.4	Troca de sifões, engates e válvulas de pias e similares	3
2.5	Reparo de vazamentos em caixa acoplada, caixa d'água, torneiras, hidrantes, registros, válvulas de descarga e encanamentos em geral	10
2.6	Desentupimento nos encanamentos da edificação	02
2.7	Troca ou reparo de válvula automática dos vasos sanitários de parede	3



2.8	Troca de vedantes de torneiras internas e externas da edificação	3
2.9	Desentupimento de vasos sanitários, ralos, caixa de gordura, e pias internas e externas da edificação	2
2.10	Instalação, troca ou reparo de duchas higiênicas.	2
2.11	Reparos em trinca, quebra, perfuração, descolamento, desencaixe ou desgaste em tubulação de PVC e PEAD até 2"	3

4.2	Instalação, troca ou reparo de portas e batentes, pintados na cor padrão da edificação	04
4.3	Reparos em mesas, armários (Portas e Prateleiras), armário gaveteiro (gavetas), prateleiras, balcões e aparadores	12
4.4	Montagem de móveis, instalação de prateleiras, claviculário e similares.	12

Categoria 3 – ALVENARIA E PINTURA

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE/ANO
3.1	Pequenos reparos (área de até 2 m²) de alvenaria das edificações, tais como muretas, assentamentos de azulejos, revestimentos, pisos e calçadas de concreto	06
3.2	Troca ou reparo de vasos sanitários, mictórios e pias.	03
3.3	Pequenos reparos em parede de alvenaria ou Drywall, como massa corrida, pintura, demolições, fechamentos, trincas, lixamento	06
3.4	Confecções de pequenos elementos diversos de concreto, como caixa de inspeção para fios, aterramento de conduíte no jardim e outros	04
3.5	Abertura e/ou fechamento de parede de alvenaria ou drywall para localização de tubulações e conduítes, visando reparo.	02
3.6.	Pintura de porta e batentes	01

Categoria 5 - AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE/ANO
5.1	Manutenção e reparos em portas, portões e cancelas automatizadas	12
5.2	Verificação, reparo ou troca de cabos coaxiais, câmeras de segurança, acessórios e DVR em caso de apresentarem algum problema.	20
5.3	Reparo ou troca de sistema de vídeo porteiro do prédio	04
5.4	Configuração/reconfiguração de câmara junto ao DVR	02
5.5	Troca ou reparo de fechaduras elétricas	01

Categoria 6 - DIVERSOS

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE/ANO
6.1	Remanejamento de móveis, armários e equipamentos eletrônicos de uma sala para outra nas dependências do prédio	24
6.2	Montagem e desmontagem de mesas, cavaletes, cadeiras ou longarinas em exposições ou eventos (sendo que depois dos eventos serão retornados ao seu devido lugar.	16
6.3	Troca ou ajuste de (mola de piso) de portas de vidro existentes no prédio	04
6.4	Instalação ou troca de lixeiras coletivas na área externa da edificação	01

Categoria 4 - CARPINTARIA

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE/ANO
4.1	Instalação, troca ou reparo de fechaduras, dobradiças e similares.	08



6.5	Remoção, readequação e reparos nas persianas	20
6.6	Instalação de batentes de portas	20

4.3. Relatórios:

4.3.1. Ao final de cada mês a contratada deverá emitir um relatório informando os chamados emitidos e atendidos, incluindo horário de chegada e de saída e serviços prestados, de maneira a comparar com os dados do Fiscal da Contratada e possibilitar a emissão da nota fiscal.

4.3.2. A **CONTRATADA** deverá providenciar e manter um livro de ocorrências (em formato físico ou digital, conforme acordo das partes), no qual deverá relatar todos os chamados, incluindo data da prestação, serviços realizados, bem como quaisquer fatos julgados relevantes para a condução dos serviços, integridade dos equipamentos etc. As ocorrências deverão ser apresentadas ao fiscal da Contratante que deverá atestar as mesmas.

5 - DA EQUIPE DE TRABALHO:

5.1. A **CONTRATADA** deverá cuidar para que seus profissionais apresentem-se sempre trajando uniformes e/ou crachás;

5.1.1. O uniforme deverá compreender, no mínimo, camisa ou crachá com a logomarca da prestadora dos serviços, calça (social ou jeans) e calçados fechados (tênis, sapato ou bota);

5.1.2. O comparecimento dos funcionários ao local da prestação dos serviços sem a devida uniformização e identificação constituirá motivo suficiente para a recusa de acesso, ficando a **CONTRATADA** responsável por quaisquer prejuízos decorrentes do caso;

5.1.3. Os funcionários deverão comportar-se com discrição, urbanidade e civilidade, zelando pelo ambiente de trabalho e mantendo a concentração que os serviços realizados requerem, preservando valores éticos, respeito pessoal, cortesia e tolerância.

5.1.4. A comprovação do vínculo dos profissionais com a **CONTRATADA** poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio, da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), se

empregado, do contrato de prestação de serviço, se prestadores de serviço, respeitada a legislação, acordos e convenções coletivas aplicáveis à categoria.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.1. Todos os profissionais deverão apresentar as mínimas qualificações técnicas e habilidades abaixo, de acordo com as atividades a serem desempenhadas:

6.1.1. Treinamento em NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade

6.1.2. Treinamento em NR-35 – Trabalho em altura

6.1.3. Treinamento em NR-6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

6.1.4. Experiência de 6 (seis) meses na área de atividade compatível com a que será desempenhada. A experiência dos profissionais deverá ser comprovada mediante apresentação da CTPS ou documento equivalente, ou ainda, declaração válida emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

6.1.4.1. Experiências em estágios na área poderão ser consideradas desde que sejam comprovadas por meio da apresentação da CTPS ou declaração emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

7. DOS MATERIAIS E FERRAMENTAS:

7.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer todas as ferramentas, equipamentos e EPIs necessários para a execução dos serviços e zelar pelo correto uso dos mesmos.

7.2. A **CONTRATANTE** fornecerá materiais de consumo, de instalação e reposição, como fios, tomadas, canaletas, lâmpadas, fechaduras, massa corrida, tinta, lixas, torneiras, argamassa, portas, etc.

7.3. Cabe à **CONTRATADA** zelar pelo cuidado, limpeza e conservação das áreas onde exercer suas atividades.

7.3.1. Caso algum item/equipamento/sistema seja danificado e constate-se mau uso, imprudência ou técnica equivocada por parte do funcionário da Contratada, caberá a esta a reposição do equipamento/sistema danificado, seja através de



reparo às suas condições originais ou substituição integral do mesmo.

8. CUSTOS E VALORES REFERENCIAIS:

8.1. Deverá a **CONTRATADA** contemplar em sua proposta toda e qualquer despesa (alimentação, transporte, etc.) referente à manutenção de sua equipe de funcionários a serviço da Câmara Municipal; adicionada de encargos trabalhistas, margens de lucro de demais despesas indiretas (BDI).

9. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O contrato a ser celebrado com a empresa vencedora terá seu prazo de vigência de 12 meses, contados à partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal, na forma do art. 57, da Lei nº 8666/93.

9.2. Em caso de prorrogação contratual, os valores serão reajustados utilizando-se como base o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro índice que venha a substituí-lo.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Conforme CLÁUSULA 4 do Contrato.

ANEXO 3 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ref.: Pregão Presencial nº 03/2023

Integra a presente proposta comercial o Termo de Referência elencado no **Anexo 2** do edital da licitação em referência, a qual a licitante(nome da empresa) **DECLARA** ter plena ciência e conhecimento, comprometendo-se a cumprir suas determinações e características fielmente para a execução do objeto contratual.

O preço está com todos os tributos incidentes incluídos nos mesmos, além dos custos de equipamentos e mão de obra:

OBS: Para fins da proposta comercial, os chamados foram distribuídos igualmente entre as

categorias¹, porém a execução dos mesmos será livre (isto é, poderão ocorrer mais chamados de um determinado tipo do que o quantitativo apresentado nesta tabela, conforme as necessidades da Câmara, respeitando o valor global do contrato).

TABELA DE ORÇAMENTO			
CATEGORIA DE SERVIÇO	Valor do chamado ordinário (4h de serviço)	Quantidade de chamados no ano	Valor total (valor ordinário x quantidade)
1. ELÉTRICA PREDIAL	R\$	24	R\$
2. HIDRÁULICA	R\$	24	R\$
3. ALVENARIA E PINTURA	R\$	23	R\$
4. CARPINTARIA	R\$	23	R\$
5. AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA	R\$	23	R\$
6. DIVERSOS	R\$	23	R\$
A empresa é MEI? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim:			R\$
CPP - Contribuição Previdenciária Patronal (20% do valor total do orçamento)			
Se não: deixar zero (R\$0,00).			
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (Valor total do orçamento + CPP)			R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (12 MESES):
R\$ (VALOR POR EXTENSO).

Validade da Proposta: Mínimo de 90 dias.

Cidade,..... de de 2023.

[Assinatura do Representante legalmente constituído]

Nome da Empresa:

Nome do Representante:

RG:

ANEXO 4 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Ref.: **Pregão Presencial nº 03/2023**

¹ Os serviços de elétrica e hidráulica receberam um chamado a mais com o objetivo de atingir 140 chamados.



..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº, por intermédio de seu representante legal, Sr., RG nº, CPF nº, interessada em participar da licitação em referência, DECLARA, para os fins do disposto no Inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666/93, acrescido pela Lei nº 9854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (*)

(*) em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

..... de de 2023.

.....
Assinatura e carimbo do representante legal

ANEXO 5 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

DECLARAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: **Pregão Presencial nº 03/2023**

..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº, por intermédio de seu representante legal, Sr., RG nº, CPF nº, interessada em participar da licitação em referência, DECLARA, sob as penas da Lei, que a licitante (nome da empresa) atende plenamente aos requisitos de habilitação, nada havendo o que a desabone para participar do certame licitação em referência.

..... de de 2023.

.....
Assinatura e carimbo do representante legal

ANEXO 6 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: **Pregão Presencial nº 03/2023**

Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no edital do mencionado ato convocatório, que a empresa (razão social), CNPJ nº, é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, recentemente alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório em referência, realizado pela Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.

..... de de 2023.

.....
Assinatura e carimbo do representante legal

ANEXO 7 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

FICHA CADASTRAL

Dados cadastrais da empresa	
Razão Social	
Nome Fantasia	
CNPJ	
Inscrição Estadual	
Inscrição Municipal	
Porte da empresa	() ME () EPP
Endereço	
Bairro/CEP	
Cidade/Estado	
Telefone/FAX	
E-mail	
Site	
Dados cadastrais do representante do credenciamento	
Nome completo	
CPF	
RG/Órgão expedidor	
Dados cadastrais da pessoa que assinará o contrato	
Nome completo	
CPF Nº	
RG Nº	
Cargo	Órgão expedidor:



Telefone	
E-mail	
Dados da conta bancária para o pagamento	
Nome do Banco	
Agência:	
Nº Conta:	
Tipo de Conta:	

Observação:

- Solicitamos a gentileza de preencher esta ficha cadastral e entregá-la juntamente com os documentos de credenciamento. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão na elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório.
- A não apresentação dessa ficha não implicará a inabilitação ou desclassificação da Proponente.

ANEXO 8 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Ref.: **Pregão Presencial nº 03/2023**

(nome da empresa)....., inscrita no CNPJ sob nº, por intermédio de seu representante legal, Sr., RG nº, CPF nº, CREDENCIA o Sr....., RG nº, a responder pela empresa na sessão pública da licitação em referência, podendo oferecer lances ou declinar deles, concordar, discordar, interpor recurso ou desistir dele, acordar, transigir e receber avisos, intimações e declarações, enfim, exercer todos os atos pertinentes ao certame em questão.

....., de de 2023.

.....
Assinatura e carimbo do representante legal

ANEXO 9 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6124/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA

MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE E A EMPRESA

TENDO COMO OBJETO A REALIZAÇÃO DE ATÉ 140 CHAMADOS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL SOB DEMANDA, ATENDENDO AS ÁREAS DE ELÉTRICA, HIDRÁULICA, ALVENARIA, CARPINTARIA, AUTOMAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS DE BAIXA COMPLEXIDADE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

São partes neste contrato:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE, com sede na Rodovia SP 306 nº 1001, Bairro Jardim Primavera, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.154.549/0001-34, daqui em diante designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. PAULO MONARO, RG nº 22.941.921-5 – SSP/SP, CPF nº 114.595.048-52.

CONTRATADA:, sediada na Rua nº, Bairro na cidade de, com CNPJ nº daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, representada pelo Sr., RG nº, CPF nº

FUNDAMENTO: O presente Contrato decorre do **Pregão Presencial nº 03/2023**, constante do processo administrativo protocolizado sob nº. **6124/2021**, que faz parte integrante deste instrumento, e sujeita-se às normas da Lei Federal 10.520/02, do Decreto Legislativo nº 05/07 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1 - DO OBJETO

1.1. Realização de até 140 chamados de serviços de manutenção predial sob demanda, atendendo as áreas de elétrica, hidráulica, alvenaria, carpintaria, automação e serviços gerais de baixa complexidade, conforme **Termo de Referência – Anexo 2** do edital do **Pregão Presencial nº 03/2023**, conforme proposta apresentada à essa licitação e do respectivo edital e seus anexos, que fazem parte integrante deste instrumento.



CLÁUSULA 2 – DO PRAZO DE INÍCIO DOS TRABALHOS

2.1. O contrato terá início a partir de sua assinatura, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério das partes, nos termos e limites da lei.

CLÁUSULA 3 – DO PREÇO

3.2. O preço ajustado inclui toda mão de obra, impostos, taxas, contribuições sociais e as demais despesas incidentes sobre este contrato, não sendo aceita nenhuma outra cobrança sob qualquer hipótese.

3.3. Os preços manter-se-ão inalterados durante a vigência do contrato. Em caso de prorrogação do prazo contratual, os mesmos poderão ser reajustados com base na variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3.3.1. A prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para a **CONTRATANTE** e consistentes com os de mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época.

CLÁUSULA 4 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente pela **CONTRATANTE**, dentro de 10 (dez) dias após o ateste das Notas Fiscais pelo fiscal do contrato.

4.1.1. Entre os dias 01 e 07 de cada mês, a Contratada deverá enviar por escrito (via ofício ou correspondência digital) um relatório referente ao mês anterior contendo (1) os dias em que foram prestados serviços; (2) a categoria dos serviços; (3) horários de início e horários de encerramento dos serviços em cada dia; (3) anotação sobre eventuais ocorrências de cada dia. O fiscal do Contrato fará a conferência das informações e aprovará ou não o relatório.

4.1.1.1. Caso aprovado, a Contratada será comunicada para emissão da nota fiscal.

4.1.1.2. Caso o relatório não seja aprovado, a Contratada deverá corrigi-lo conforme orientações do fiscal, sendo garantido direito de defesa à contratada. A emissão da nota fiscal e seu respectivo pagamento só serão efetuados após a

aprovação do relatório.

4.1.2. O pagamento será efetuado mensalmente à Contratada **exclusivamente conforme a quantidade de chamados executados**.

4.2. Os pagamentos ficam condicionados à apresentação também de prova de recolhimento dos encargos devidos ao INSS e ao FGTS.

4.3. O preço manter-se-á fixo e inalterado durante a vigência contratual.

4.4. Deverão constar do documento fiscal o número do Pregão, o Banco, o número da conta corrente e a agência bancária, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

4.5. Se forem constatados erros no documento fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos, sem qualquer acréscimo.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.7. Na hipótese de a **CONTRATANTE**, por sua exclusiva responsabilidade, não efetuar o pagamento na data aprazada, o valor da nota fiscal/fatura será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados “*pro-rata-die*”.

CLÁUSULA 5 - DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O valor estimado deste contrato é de R\$ (.....) por chamado. R\$ (.....) anual.

CLÁUSULA 6 - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte classificação econômica constante do orçamento vigente da **CONTRATANTE**:

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA 7 - DAS PENALIDADES

7.1. A **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela



inexecução total ou parcial do contrato:

a) advertência;

b) multa(s);

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração nos casos previstos em lei.

7.1.1. No tocante às multas, serão aplicadas conforme a **Resolução nº 02, de 14 de março de 2017**.

7.2. As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a **CONTRATANTE** cobrá-las judicialmente com os encargos correspondentes.

7.3. Além das multas estabelecidas, a **CONTRATANTE** poderá recusar o objeto fornecido se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

7.4. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da **CONTRATANTE**.

7.5. As sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

7.6. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA 8 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. DA CONTRATADA

8.1.1. Para a realização dos trabalhos, os técnicos da **CONTRATADA** deverão apresentar-se munidos da respectiva identificação funcional.

8.1.2. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente contrato durante toda a sua execução, conservando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.3. Responsabilizar-se pelo seguro de acidentes pessoais, encargos sociais, fiscais e administrativos de seus funcionários quando em serviço nas dependências da **CONTRATANTE**, bem como do seguro total dos equipamentos utilizados;

8.2. DA CONTRATANTE

8.2.1. Permitir o livre e completo acesso do pessoal da **CONTRATADA** ao local onde serão executados os serviços;

8.2.2. Proporcionar à **CONTRATADA** as condições necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços objeto deste instrumento;

8.2.3. Fiscalizar os serviços prestados e atestar a nota fiscal por meio de servidor especialmente designado para essa finalidade;

8.2.4. Efetuar os pagamentos mensais de acordo com as condições e prazos estabelecidos no presente contrato;

CLÁUSULA 9 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do artigo 78 da Lei 8666/93.

9.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada, desde que haja conveniência da **CONTRATANTE**.

9.1.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

9.1.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do artigo 78 acarreta as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8666/93.

9.2. Constitui motivo para a rescisão do contrato:

9.2.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

9.2.2. O atraso injustificado no início do serviço.

9.2.3. A dissolução da sociedade ou a declaração



de falência, ou a instauração de sua insolvência civil.

9.2.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da **CONTRATADA** que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato.

9.2.5. As razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela **CONTRATANTE** e exaradas no processo licitatório a que se refere o presente contrato.

9.3. Quando a rescisão ocorrer por outros motivos, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, caberá ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que esta houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, se houver.

CLÁUSULA 10 – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Setor de Manutenção e Conservação Predial.

CLÁUSULA 11 – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, a contar da sua assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado nos termos e limites da lei.

CLÁUSULA 12 - DO FORO

12.1. As partes contratantes elegem, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, o Foro de Santa Bárbara d'Oeste para dirimir questões que eventualmente não consigam resolver por mútuo consenso.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Santa Bárbara d'Oeste, de de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA
D'OESTE

CONTRATANTE

**Paulo Monaro
Presidente**

CONTRATADA

Representante legal

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG:

ANEXO 10 - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

CONTRATADO: _____

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de até 140 chamados de serviços de manutenção predial sob demanda, atendendo as áreas de elétrica, hidráulica, alvenaria, carpintaria, automação e serviços gerais de baixa complexidade, conforme termo de referência.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a)** o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados,



relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Santa Bárbara d'Oeste, ____ de _____ 2023.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: PAULO CÉSAR MONARO
Cargo: PRESIDENTE
CPF: 114.595.048-52

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: PAULO CÉSAR MONARO
Cargo: PRESIDENTE
CPF: 114.595.048-52
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:

Nome: PAULO CÉSAR MONARO
Cargo: PRESIDENTE
CPF: 114.595.048-52
Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____

CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: PAULO CÉSAR MONARO
Cargo: PRESIDENTE
CPF: 114.595.048-52
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: CARLOS EDUARDO FAGUNDES VIDAL
Cargo: CHEFE DO SETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO
CPF: 210.500.218-86
Assinatura: _____

ANEXO 11 – RESOLUÇÃO DE MULTAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 14 DE MARÇO DE 2017

“Estabelece normas para a aplicação de multas e penalidades por infringência à Lei Federal nº 8666, de 21/06/1993, e suas alterações posteriores, no âmbito da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste”.

DUCIMAR DE JESUS CARDOSO, PRESIDENTE da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, faz saber que a Edilidade aprovou e ele promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Art. 1º - A aplicação de multa na infringência ao disposto nos artigos 81, 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, no âmbito da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Art. 2º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido no edital ou pela Administração da Câmara, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

I - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

II - Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Art. 3º - O atraso injustificado na execução do



contrato de serviço, obra ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I - Multa de 0,3% (três décimos cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e

II - Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

Parágrafo único - A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação também da multa prevista no artigo 4º (quarto) desta resolução.

Art. 4º - Pela inexecução total ou parcial do serviço, obra ou entrega de materiais poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

II - Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Art. 5º - O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado no edital ou pela Administração da Câmara, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo único - A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no Artigo 4º desta Resolução, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no "caput" deste artigo.

Art. 6º - O pedido de prorrogação de prazo final da obra e/ou serviço ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

Art. 7º - As multas referidas nesta resolução não

impedem a aplicação de outras sanções previstas nas Leis Federais nº s. 8.666/93 e 10.520/02 e no Decreto Legislativo Municipal nº 05/07.

§ 1º - Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, a Câmara reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a CONTRATADA tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

§ 2º - Caso a CONTRATADA tenha prestado garantia e esta for insuficiente para cobrir o valor da multa, será retida a diferença, nos termos disciplinados no parágrafo anterior.

§ 3º - Se o pagamento da multa imposta ao faltoso não for providenciado dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva notificação, sua cobrança será efetuada por ação judicial própria.

§4º - As multas estabelecidas nesta Resolução poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 5º - O prazo de entrega de material e/ou da execução de serviço ou obra começa a ser contado a partir da data de assinatura do contrato ou da data em que a adjudicatária receber a Nota de Empenho, conforme o caso.

§ 6º - Esta Câmara poderá decidir pela não aplicação da multa mediante justificativa devidamente fundamentada nos autos do respectivo processo.

Art. 8º - As normas estabelecidas nesta Resolução deverão constar em todos os procedimentos licitatórios e de dispensa ou inexistência de licitação.

Art. 9º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário "Dr. Tancredo Neves", em 14 de março de 2017.